

- TASCHNER, Suzana Pasternak & BÓGUS, Lúcia Maria Machado (1986). "Mobilidade Espacial da População Brasileira: Aspectos e Tendências". *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 3, nº 2, jul./dez., pp. 87-129.
- TELLES, Vera da Silva (1987). "Movimentos Sociais: Reflexões sobre a Experiência dos Anos 70". In WARREN, Ilse Scherer & KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano?*, São Paulo, Brasiliense, pp. 54-85.
- TOLOSA, Hamilton C. (1975). "Dualismo no Mercado de Trabalho Urbano". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 5, nº 1, pp. 1-35.
- TURNER, John (1972). "Uncontrolled Urban Settlement: Problem and Policies". In BREESE, Gerald (ed.) *The City in Newly Developing Countries*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall International, pp. 507-534.
- VALLADARES, Licia (1978). *Passa-se Uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 142 p.
- . (1983). "Estudos Recentes sobre a Habitação no Brasil: Resenha da Literatura". In VALLADARES, Licia (org.) *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 21-77.
- VAZ, Lilian (1986). "Notas sobre a Cabeça de Porco". *Revista do Rio de Janeiro* nº 2, pp. 29-35.
- VOGT, Carlos (1983). "Trabalho, Pobreza e Trabalho Intelectual (o Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus)". In SCHWARZ, Roberto (org.) *Os Pobres na Literatura Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, pp. 204-213.
- WEID, Elisabeth Von der & BASTOS, Ana Marta Rodrigues (1986). *O Fio da Meada: Estratégia de Expansão de uma Indústria Têxtil*. Rio de Janeiro, FCRB-CNI, 303 p.
- ZALUAR, Alba (1985). *A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 265 p.

ORIGENS DO CORPORATIVISMO BRASILEIRO*

Vanda Maria Ribeiro Costa

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a predominância do interesse privado e a apropriação privada dos recursos gerados socialmente e geridos pelo Estado estão indissoluvelmente associadas ao corporativismo. Em outros contextos práticas semelhantes estão associadas ao liberalismo.

Esta curiosa convergência de resultados derivados de práticas via de regra contraditórias pode ser relacionada ao formato paradoxal que o corporativismo assumiu entre nós.

Arranjos corporativos são fórmulas de institucionalização do conflito entre interesses de classes antagônicas, levando-as ao diálogo ou a regras mínimas de convivência sob a arbitragem do Estado. Entre nós, este arranjo produziu o completo distanciamento das classes que supostamente deveria aproximar. Organizando-se em estruturas paralelas, sem nenhuma articulação institucionalizada entre si, as entidades representativas da classe patronal e da classe operária

* Este texto faz parte de um capítulo da tese de doutorado que preparo para apresentar ao IUPERJ. Agradeço a meus companheiros de trabalho no CPDOC/FGV pelas sugestões e críticas, bem como a Renato Boschi e Wanderley Guilherme dos Santos.

11 copias

Uma Revolução
no cotidiano?

Seminário de Ana Quiroga.

6

11 copias

Os movimentos sociais frente à crise*

Fernando Calderón Gutiérrez**

A sociedade não é uma estrutura

As análises predominantes no campo das Ciências Sociais na América Latina, em qualquer de suas correntes interpretativas, de certo modo deixaram de lado a interpretação dos movimentos sociais e outras formas de ação coletiva.

- * Este texto é composto das partes 1ª, 2ª e 3ª do trabalho de mesmo título apresentado no seminário sobre movimentos sociais, entre 29 e 31 de maio de 1985, na sede de DESCO, em Lima, Peru, no marco do projeto "Os Movimentos Sociais Frente à Crise na América do Sul", patrocinado pela Universidade das Nações Unidas (UNU). O autor agradece especialmente a colaboração de: Manuel Castells, que, com suas críticas, sugestões valiosas e tempo generosamente dedicado à revisão do texto preliminar, contribuiu com uma ajuda incalculável; Juan Enrique Vega, Sinécio López, Sérgio Zermeno, Elizabeth Jelin, Pablo González Casanova, Orlando Plaza, Mario dos Santos, Laura Gaustin, Pablo Vila, Héctor Palomino, Magdalena Felgueras e muitos outros que tornaram este trabalho possível.
- ** O autor é Secretário Executivo da Comissão Latino-americana de Ciências Sociais (CLACSO), com sede em Buenos Aires, Argentina.

seguem sendo importantes na região —, mas deixamos assuátar que essa visão partidária altamente elitista impedi visualizar globalmente as características particulares dos movimentos sociais, seus interesses, oposições, identidades, sonhos e desejos, seus mistérios e sua própria produgão societária?

Por outro lado, várias dessas concepções de dependência continham um certo reducionismo estrutural das relações de classe, que as inibia de analisar as práticas sociais.

Supunha-se, explícita ou implícitamente, que os únicos sujeitos sociais são os sujeitos de classe, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, vários estudos concretos provariam que não existem classes puras na América Latina plenamente constituídas; que nos sujeitos sociais são atribuídas múltiplas posições, correspondentes a diferentes camadas sociais, que se ordenam e hierarquizam conforme os conflitos e lutas sociais, culturais e étnicas vividas. Talvez os exemplos mais claros sejam os das oligarquias autóctones e do campesinato.⁴ Outro aspecto importante é que ainda que toda a lor participe de relações de classe, também existem outras formas de relação — étnicas, juvenis, regionais, etc. — essenciais para entender a ação e consciência dos grupos sociais.

⁴ Para uma visão recuperadora das orientações dos movimentos sociais contemporâneos na América Latina, ver, de Touraine, Alain, *Las Sociedades Dependientes*, México, Siglo XXI, 1978, em especial a partir da p. 209. Para uma visão crítica do marxismo latino-americano ver Alford, J., *Marx y América Latina*, México, Alianza Editorial Mexicana, 1982. Ver, também, para uma análise crítica concreta, Malloy, J., *The Incomplete Revolution*, Pittsburgh Univ. Press, 1968.

⁵ Ver, por exemplo, Collet, J., *Clases, Estado y nación en el Perú*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1978; González Casanova, Pablo, *La Democracia en México*, México, Era, 1982; Fischer, E., *Estado, Clases e Industria*, Quito, Ed. El Consejo, 1983; Cardoso, Fernando H., "Regimen político y cambio social", in *Estado y Política en América Latina*, México, Ed. Siglo XXI, 1981; vários autores, *Ecuador agrario*, Quito, Ed. Consejo-ILDIS, 1984, em especial os trabalhos de A. Cuervo, sobre as "luchas", e de S. Pachano, sobre as diferenças entre burguesia agrária e burguesia rural.

Mesmo em textos como os de Cardoso e Faletto,⁵ sua valiosa tipologia das situações dependentes não chega a incluir uma análise dialética entre os movimentos sociais, o Estado, os grupos dominantes e o imperialismo.

De fato, nele se analisam os blocos de classes e alianças, destes resultando o modelo de desenvolvimento e do Estado, o próprio Estado é visto como ponte ou pacto de domínio entre as classes dominantes nacionais e o capitalismo internacional. Para os autores, os movimentos sociais cumprem, em verdade, um papel complementar às alianças parastatais ou estatais.

Seria possível, então, desenvolver muitos argumentos nesse sentido, mas aqui desajamos apenas revelar uma hipótese: o conjunto dessas abordagens, e outras não mencionadas, percebem e analisam os movimentos sociais de modo secundário. As análises da "estrutura" e de sua racionalidade de recobram o cenário social da realidade latino-americana. Talvez as análises não pudessem (ou não quisessessem) compreender o conjunto complexo, gelatinoso, ambrigo e criativo das relações sociais e suas muitas interações e com elas, as capacidades de ação da sociedade sobre si própria. Talvez os movimentos sociais tenham sido percebidos, de modo latente, implícito ou subconsciente, como o "irracional" ou inexplicável.

Dependência teórica de um modo de pensar racional e eurocêntrico? Positivismismo mecânico produzido pela industrialização crescente? Realismo mágico, só visível para García Márquez? Diversidade e interpenetração dos fatores sociais e políticos com estruturas de classe não consolidadas? Presença de um pensamento partidário, elitista e totalitário, que absorve os movimentos sociais? Ausência de demandas sociais de autoconhecimento? Dificuldades metodológicas, inerentes às ciências sociais, para entender o

Dependencia y Desarrollo Económico, México, Siglo XXI, 1971. Ver também Post-Schiphim, in *Desarrollo Económico*, 66, jul.-set. 1977. Uma interessante crítica a esses autores é a de Evers, Tilman, *El Estado en la Periferia Capitalista*, México, Siglo XXI, 1981.

"irracional"? etc., etc. As perguntas são exemplos de uma problemática mais ampla, e as respostas provavelmente terão que ser complexas, críticas e coletivas. Não obstante, toda essa crítica incipiente não pode deixar de mencionar a presença de vários estudos importantes sobre os movimentos sociais feitos na América Latina. Efetivamente, foram muitos os estudos feitos sobre movimentos camponeses, estudantis, nacionais, sobre o sindicalismo operário e outros;⁶ não queremos negar aqui a sua importância e validade atual, mas apenas ponderar as suas conseqüências, à medida que não constituíram os eixos básicos de análise das sociedades latino-americanas.

Por outro lado, a crise que atualmente sacode a região, em concomitância com o surgimento de processos democráticos ou de redemocratização, teve ao centro de sua origem a emergência e/ou reemergência de movimentos sociais que, em grande parte, exigem ou desafiam o analista a compreender o "irracional", para poder contemplar não apenas a crise e suas soluções, mas as próprias sociedades latino-americanas.

Com a crise dos modos de industrialização e do sistema cultural que os acompanha, os novos comportamentos dos antigos e dos recentes atores sociais estão redefinindo, sob várias formas, as suas mútuas interações, bem como as suas relações com o Estado e a política. Nesse sentido, talvez não seja demais a hipótese de que os movimentos sociais, na sua diversidade e complexidade, são os portadores de uma nova ordem social.

No entanto, deve-se entender que a emergência dos movimentos sociais configura um panorama amplo, um horizonte muito diversificado. O que existe realmente é uma ampla gama de movimentos sociais multicoloridos,

⁶ Considerem-se os vários estudos sobre a revolução mexicana (Womack, Worman) ou sobre o sindicalismo e o protesto operário (Touraine, Di Tella, Toller, Delich, etc.), ou sobre o sindicalismo camponês andino (Dandler, Alba), apenas para se referir a alguns estudos realizadas na década de 60. Nos anos 70, a produção concreta foi muito maior.

multiformes e heterogêneos. Talvez eles tenham rompido, ou estejam provocando a ruptura de algumas concepções totalizantes, excludentes e unívocas, acerca do destino da América Latina.

Pareceria que são os próprios movimentos sociais, em lugar das interpretações e análises, que vão mostrando um horizonte de possibilidades, através de seus conflitos, do fracasso e crescente demolição dos autoritarismos, e na busca por uma mudança na condição social de grande parte das sociedades latino-americanas.

Como se pôde presenciar durante os anos 70,⁷ em estudos realizados em toda a extensão da América Latina, novos conflitos nacionais, de classe, regionais, urbanos, de gênero, étnicos, sobre a violência revolucionária, a juventude, a burocracia, etc. começam a levantar, em sua própria lógica, formas de identidade e conflito, que ultrapassam tanto as visões unidirecionais, economicistas e tecnocráticas da crise, quanto as simplesmente estatísticas ou partidárias. Assim sendo, os novos movimentos, com intensidade maior ou menor, apontam para a emergência de uma nova ordem democrática, e a elaboração de novas formas de pensar a sociedade, a política e o desenvolvimento.

Nesse sentido, a idéia central deste estudo é que, em sua maioria, os movimentos sociais vivem um momento de inflexão, entre as orientações e características tradicionais da sociedade (por exemplo, de busca da modernização, de libertação social e/ou nacional) e o surgimento de novas práticas e orientações, tanto dos atores clássicos (operários, camponeses, etc.) como nas práticas de movimentos sociais (de gênero, juventude, direitos humanos, etc.).

⁷ Apenas para mencionar um grupo de estudiosos do tema, ver 1) *Participación*, UNRISD, Ginebra, Suíça, 1981, série de publicações sobre participação social; 2) *Movimientos Sociales y Participación Popular*, Seminário UNRISD - CLASCO em *David y Goliath*, 46, jan.-dez. 1984, Buenos Aires; 3) Camacho-Menjíbar, *Movimientos Sociales en Centroamérica*, FLACSO - UNU - IISUNAM, San José, 1985.

co de ação social são tão perigosos como a simples descrição local pormenorizada. No entanto, é necessário conseguir algum modo, um corpo teórico generalizável, ainda que condicionado e sustentado pelos processos concretos das práticas sociais da América Latina.

Talvez dois parâmetros sirvam como ponto de partida para enquadrar este propósito: um deles referente aos processos longos e conflitivos de formação nacional⁸ e o outro ao sistema de relações sociais e sua articulação nos diferentes espaços nacionais — onde, ainda que tais relações não incluam nem expliquem outras relações também muito importantes, como as regionais, étnico-culturais, de género, etc.; o problema consiste em poder captar a dinâmica do seu conjunto, tanto como suas especificidades no contexto nacional.

Mas as relações sociais não são sinónimo de movimentos sociais; nem tudo o que se move na sociedade é um movimento social; ainda que estes sejam os produtos e o reflexo da sociedade, ocorrem apenas quando os diferentes atores, quaisquer que sejam eles, atuam e se orientam para recetar e transformar as relações em questão.

Nesse sentido, será talvez uma característica da América Latina, que nela não existem movimentos sociais pura e claramente definidos, devido à multidimensionalidade e clareza das relações sociais, mas ainda dos próprios significados da ação coletiva. Por exemplo, um movimento sob orientação de classe estará, provavelmente, acompanhado por significados étnicos e de género, que o diferenciaram e assimilará a outros movimentos de orientação culturalista e com conteúdos classistas. Assim, os movimentos sociais se acham sustentados por múltiplas estruturas, incluindo em sua constituição desde formas orgânicas até modos de transformação e participação cotidiana da

⁸ Como demonstram os estudos nacionais incluídos no verso original desse texto.

A pluralidade destes movimentos tenderia a se caracterizar em práticas particularistas, reativas e defensivas frente à crise; e suas identidades também tenderiam, ao menos inicialmente, a cerrar-se em si próprias, desconhecendo-se, num primeiro momento, das novas lógicas abstratas mas reais do domínio mundial — que também estão em pleno processo de reconstrução e ampliação. Ou seja, existiria uma espécie de distorção entre o sistema de oposições, percebidas como realidade pelos movimentos sociais, e a materialidade em construção, de uma nova economia política mundial (revolução tecnológica, militarização do território, internacionalização do capital, destruição ou diminuição do estado de bem-estar, etc.). Isso não significa que existe um problema de falsa consciência da nova lógica do poder por parte dos movimentos sociais (quando se percebe o FMI a distância e abstratamente, por exemplo). Mas, sim, que há uma inadequação no tempo, entre as oposições reais e os fatores de poder.

No entanto, sustentamos aqui que, nesses pequenos espaços culturais e cotidianos de resistências, começam a aflorar valores e formas sociais coletivistas, de autogestão, solidariedade, autogoverno, etc. — que provavelmente poderão reconstruir o sistema de oposições e viabilizar a reconstrução dos sujeitos históricos.

O texto a seguir pretende ser apenas um instrumento preliminar para compreender, crítica e teoricamente, estes processos.

A voz que deixa rastros

A análise teórica dos movimentos sociais na América Latina tem sido até agora limitada e está antes em processo de construção.

É muito fácil cair numa repetição ou adaptação mecânica dos desenvolvimentos teóricos realizados na França, Itália ou Estados Unidos — os quais obedecem a dinâmicas nacionais diferentes. Assim, a generalização excessiva acerca de um dos movimentos sociais ou o historicismo genéri-

múltiplas expressões e significados estão presentes nas vivências e ações dos movimentos sociais. Principalmente quando supomos que estes são, de certo modo, os portadores — ainda que de modo preliminar — de uma nova ordem social, como reivindicantes de um "novo modelo" de desenvolvimento econômico e de uma certa visão política do conjunto da sociedade. É claro que isto não nega que a mudança depende relativamente das relações econômicas que organizam endogenamente a sociedade.

Em terceiro lugar, os movimentos sociais se desenvolvem de modo unilateral e heterogêneo no espaço, em função do desenvolvimento desigual da consciência, da organização e da economia de uma localidade ou região determinada. Por exemplo, um movimento social de libertação nacional pode, inclusive, chegar a ter características e significados distintos, em diversos contextos geográficos. Os movimentos sociais não possuem fins predeterminados teleologicamente, ainda que possam desejá-los, pois os redefinem durante o próprio conflito.¹²

Um último elemento global que deve ser levado em conta no estudo das práticas coletivas se relaciona aos efeitos sociais específicos desses movimentos sobre as relações sociais e sobre a sociedade. Mas, não apenas como

¹² A Touraine afirma que "a particularidade de um movimento social é não se orientar por valores conscientemente manifestos. Porque se situa ao nível do sistema de ação histórica, o movimento se define pela confrontação entre interesses opostos, pelo controle das forças do desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade. Um movimento social não é expressão de uma visão do mundo. Não é possível falar de um movimento social, se não se pode definir, nesse mesmo momento, o contra movimento a que ele se opõe. (*Production de la Société*, Paris, Seuil, 1973, p.360). Ver também *La Voix et le Regard*, Paris, Seuil, 1978, particularmente pp. 108-127, e a coleção de sociologia permanente sobre os movimentos sociais. O mesmo autor define movimento social como o nível de ação mais elevado, caracterizado pela combinação dos princípios de identidade, oposição e de totalidade. Em sentido mais amplo, o movimento social seria um ator de um campo de ação histórica.

produto de ação do sujeito, e sim, especialmente, como produto de um campo de conflitos, onde os atores envolvidos na ação modificam a si próprios na interação reciprocamente partilhada, para obter um objetivo ou alcançar uma meta. Essa relação é que pode produzir, além disso, modificações específicas e gerais na sociedade, tanto no que se refere às transformações das relações de poder (considere-se, por exemplo, as revoluções mexicanas ou bolivianas), como nos efeitos específicos sobre determinadas ordens sociais (considerem-se as reformas agrárias dessas mesmas revoluções). Ademais, os movimentos sociais podem também introduzir, com base nas relações sociais em que ressurgem, culturas cotidianas de uma nova espécie, que modifica a vida das pessoas: hábitos, costumes, valores, etc. Por isso tudo, os movimentos sociais podem ser considerados como os motores da História.

Dito isso tudo, parece necessário esclarecer e enfatizar alguns aspectos conceituais chaves, acerca da constituição dos movimentos sociais, tanto no que refere ao reducionismo de classes, como acerca de sua adequação para a América Latina.

Com demasiada frequência, os cientistas sociais tendemos a esquecer que o conceito de classe social é analítico e serve para descrever a estrutura social em termos de um modelo teórico, mas que dificilmente pode ser observado como tal, na realidade empírica que nos cabe analisar.

Quando nos voltamos para a realidade social, em busca dos atores sociais agentes de mudanças, não encontramos classes sociais estabelecidas atuando organicamente como tais (já que a "classe em si" não é o motor da mudança social, e a "classe para si" é, antes, uma expressão de desejos que forma parte da utopia revolucionária). Em contraste, o que vemos é uma multiplicidade de atores sociais, agrupados numa heterogeneidade de movimentos sociais, com graus diferentes de capacidade de questionamento do sistema social global.

() importante é, pois, entender o (ou os) sentido(s) dos movimentos, sempre lento em mente que se pode(m) transformar no tempo, marcando os diferentes momentos do percurso do movimento. Assim, é importante tratar de não permanecer com uma única imagem, com explicitação que seja racionalmente cristalizada, acerca desse significado. Mas, antes, interpretá-lo no contexto das mudanças por que passou, em função de sua própria história, dos *raízes* que vai deixando, que vão definindo e redefinindo o movimento.

A dinâmica dos movimentos sociais pode ser como referências fundamentais três tipos diferentes de campos de desenvolvimento.¹¹

Em primeiro lugar, todo movimento social possui uma estrutura participativa, como decorrência de sua própria finalidade e experiência de organização e de luta. As formas, níveis e tipos de participação no movimento definem em grande parte o vigor de suas metas. Um aspecto central suposta nesse campo é o caráter piramidal e restrito da participação, ou suas formas democráticas ou expansivas. Aqui, torna relevância especial a questão da "micro-ética", ou da vivência cotidiana do movimento.

Em segundo lugar, todo movimento social tem sua própria temporalidade, definida em grande parte por sua ação frente ao sistema de relações históricas. Portanto, embora todo movimento possua sua própria continuidade histórica e sua vivência cotidiana existencial, os momentos de crise e conflito agudo são aqueles que definem a sua finalidade. Desse modo, a combinação entre os "tempos" dinâmico e sincrônico do movimento é fundamental para a sua compreensão.

Assume importância aqui a perspectiva da crise atual latino-americana e ao nível nacional, à medida que suas

¹¹ Uma visão preliminar desses aspectos foi elaborada em conjunto, ver Calderón, F. e Bandler, J., *La Fuerza Histórica del Campesinado*, Cochabamba, Ed. CERES-UNRISD, 1985.

autoprodução da sociedade — como a forma real de conflitos sujeitos, em que a lógica polarizante dos conflitos vividos permite visualizar a totalidade nacional ou regional em que existem esses movimentos.

Alé certo ponto, se trataria de enraizar os diversos conflitos pontuais, de determinados movimentos, na sociedade que analisamos e, mais especificamente, nas relações sociais que estão em jogo, o que, por sua vez, supõe explicitar também a formação das práticas dos movimentos, os seus efeitos institucionais, a sua criação de formas sociais e valores culturais, e de como estes se constituem novas identidades e orientações societárias.

Uma pergunta que caberia levantar em cada situação é sobre como se constroem essas formas de identificação, tanto em relação à experiência do passado, quanto em relação à memória coletiva dos sujeitos — na qual, em geral, se redefinem conforme o tipo de confrontação vivida e os níveis construídos —, como em relação às formas psicológicas de autoafirmação coletiva. Os momentos de crise parecem ter a virtude de revelar claramente esses fenômenos, ainda que de modo paradoxal. "A crise literária ao mesmo tempo as forças da morte e as forças da regeneração; dá a sua ambigüidade radical" (. . .) "Pode ter um resultado progressivo ou regressivo."⁹

Nesse sentido, convém analisar toda ação coletiva em termos culturais e psicossociais, já que tais ações nem sempre são explícitas, e às vezes só se podem ler nas "entrelinhas". No entanto, cremos que o sentido de toda ação deve ser buscado em dois níveis: no da ação propriamente dita e no de seu significado.¹⁰

⁹ Morin, Edgar, "Para uma Crisiologia", in Stern, R., *Freud et alii, El Concepto de Crisis*, Buenos Aires, Ed. Megálópolis, 1979, p. 293.

¹⁰ Nesse sentido, seria importante extrapolar algumas hipóteses da teoria de Lacan, em termos da relação entre o imaginário coletivo e a criação da imagem especular; pois um imaginário coletivo estabelecido se pode transformar, se a relação de imagens lhe exige mudanças, à medida que a imagem especular não possa mais referir tal imaginário coletivo originário.

É provavelmente certo que, no dizer de A. Melucci,¹³ o tempo sincrônico dirige o diacrônico, ou seja, a mudança depende da estrutura e tem uma causa endógena, estrutural, na exigência que tem um sistema de classes de manter-se e controlar o conflito, sendo esse uma dimensão estrutural do sistema.

Para esse italiano perspicaz, a análise marxista ignorou os processos de formação da ação coletiva, as redes de relações e o modo de transição da rebelião à ação de classe organizada. Para ele, a ação coletiva resulta de processos complexos de interações, mediados por redes de participação. Por outro lado, já foi dito que na América Latina as relações sociais, em sua maioria, não estão consolidadas; os atores sociais mudam permanentemente; de certa forma, são classes metamorfoicas, com características estamentais das sociedades patrimonialistas.¹⁴ A categoria "povo", por exemplo, pode explicar melhor uma mudança revolucionária que a visão puramente obreirista de uma revolução libertadora.¹⁵

Por outro lado, Guy Bajoit¹⁶ sustenta que, ainda que todo ator participe de relações de classes, existem outras formas de relação que, às vezes, são mais determinantes da "consciência de si" de um grupo social determinado, que a consciência da classe, o que não significa necessariamente uma "alienação", no sentido marxista do termo. Os exemplos disso incluiriam a maior parte dos movimen-

¹³ Melucci, Alberto, "L'azione ribelle. Formazione e Struttura dei movimenti sociali", in Melucci, *Movimenti di Rivolta*, Milão, Einaudi, 1976.

¹⁴ Para uma discussão sobre patrimonialismo-corporativismo, ver: Malloy, J. (org.), *Authoritarianism and Corporativism in Latin America*, Univ. of Pittsburgh Press, artigos de Malloy; Cardoso-Faletto, *Post-Scriptum* (citado); as afirmações do texto se apoiam nas críticas ao corporativismo realizadas por estes últimos autores.

¹⁵ Ver Coraggio, J. L., *Revolución y Democracia en Nicaragua*, Cuadernos de pensamiento propio, Publicación INIES, Managua, 1984. Também se pode consultar Camacho, Menjivar (orgs.), *citado*.

¹⁶ Bajoit, Guy, "Esquisse d'un instrument d'analyse pour les mouvements populaires", (mimeo) Universidade de Louvain, 1984.

tos sociais que estudamos neste trabalho: movimentos étnicos, de mulheres, de jovens, movimentos urbanos, regionais, etc. As relações sociais formam os atores tanto "em si" como "para si". Toda relação tem um sentido, uma orientação, não é arbitrária.

Para Alain Touraine, com razão, "não há classe sem consciência de classe. A idéia de que possa haver uma classe em si, e que sejam os órgãos políticos ou sindicais os que lhe dão consciência de si mesma e, portanto, capacidade à classe dominada para atuar, deve ser totalmente descartada".¹⁷

No entanto, apesar das contribuições dessas idéias para as análises latino-americanas, será possível uma aproximação à heterogeneidade dos movimentos sociais existentes na realidade da América Latina, segundo os esquemas analíticos de Bajoit ou de Melucci — com classificações que diferenciam as ações de massas das ações conflituosas reivindicatórias, das ações de conflito político, dos movimentos que caracterizam ambos os tipos de ação, dos movimentos de classe e dos movimentos políticos de classe? Classificações que permitiriam estabelecer gradações nos níveis de consciência e de capacidade de luta, pela apropriação e/ou destinação dos recursos ou valores sociais, conforme sejam ou não capazes de atacar a estrutura das relações de classe?

Inclusive em análises desse tipo, subjazem pressupostos teleológicos racionalistas, em que se prescreve um "deslino" manifesto e desejável à evolução dos movimentos sociais e que abandonam com rapidez excessiva a pergunta acerca de qual seria, afinal, a vontade e o significado das mudanças, que nossas sociedades elegem para si próprias.

De fato, parece demasiado simplista estabelecer uma pirâmide de movimentos sociais, em cuja cúpula saliente

¹⁷ Touraine, A., et alii, *Mouvements sociaux d'aujourd'hui, acteurs et analystes*, Paris, Ouilères, 1982.

estariam aqueles que se dirigem manifestamente à luta pela apropriação dos meios de produção, do controle social e do poder político, e em cuja difusa base se encontrariam todos aqueles movimentos sociais que assumem como objetivo a luta por mudanças culturais, da reprodução ou distribuição dos serviços, ou por uma nova forma de encarar as relações sociais, a centralização do poder, a participação social, etc.

Até na conceituação de Touraine, sobre o que denomina "sistema de ação histórica latino-americana", em que se estaria estruturando um novo sistema de ação, na base das simplificações e racionalizações progressivas da ação social coletiva, a especificidade de cada segmento social suporta que os movimentos sociais lutassem pela distribuição da renda, e as forças políticas pelo poder do Estado. Para ele, os atores sociais na América Latina vão "após" a sua constituição como classe, quanto à estrutura social, mas vão "adiante" desta constituição como classe, no que se refere à mobilidade social e de participação política e cultural.¹⁸

Que significa esse estar "adiante" ou "após" sua constituição como classe? Talvez se refira à debilidade dos atores sociais, sua falta de organização, suas vacilações pendulares. Mas, na América Latina, não são as classes dominantes (na ausência de uma burguesia industrial consequente e estabelecida) que resultam politicamente frágeis, economicamente dependentes e que, ao não gerar ações homogêneas nem hegemônicas, impedem também a formação de oposições claras e orgânicas? Nas nossas sociedades, mais ou menos industrializadas, penetradas pelo capital financeiro internacional, por uma rede complexa de multinacionais, que orientam as suas políticas com relativa independência das relações sociais, e nas quais ora se estabelecem, ou abandonam, conforme seus interesses-

18 Para uma síntese deste pensamento, ver "Una tentativa de construcción global: Las nuevas formas de acción colectiva en América Latina", David y Gollish, 46, Buenos Aires, CLASCO, ago. 1984.

ses ocasionais — os movimentos de classe centrados na produção encontram enormes dificuldades para desenvolver uma ação coerente, formar organizações duradouras e progressivas; em muitos casos, tais orientações de classe se têm antes integrado à orientação de libertação nacional ou a pactos de domínio.

Surgem, às vezes, múltiplas práticas sociais, centradas antes na luta pela distribuição dos serviços, em questões éticas e grupais ou reivindicativas. Mas, simultaneamente, há processos culturais que se internacionalizam e que passam as formações econômico-sociais, ainda que nem sempre correspondam ao seu grau de desenvolvimento econômico e político. Conflitos que são uma reação, por exemplo, aos mecanismos mais sutis de dominação social das sociedades urbano-industriais, à manutenção das necessidades (ve-se a série "Dalias" da TV norte-americana, mas também se ouvem as músicas capriças de Miltonário e José Rico).¹⁹

A relativa superação das diferenças entre o público e o privado, a expansão dos conflitos a territórios considerados até recentemente como particulares (tais como as relações sexuais, o corpo, as relações interpessoais, a identidade biológica, etc.) provocam uma readaptação de energia politicamente dos movimentos sociais mais clássicos. Assim se constituem identidades, que vão além da produção econômica e das relações políticas, identidades culturais que têm a ver com a resistência à fragmentação individual e à sociedade de massas deste mundo que habitamos.

Essas rejeições favorecem formas estranhas de novos comportamentos coletivos, desde a anomia, o rito sacrificial, o agito terrorista, até o comunitarismo cristão e as

19 Interessante artigo de Angel Quintero, "La Cinemática como herencia y utopía II": bases populares de una cultura democrática alternativa en el Caribe", David y Gollish, 48, Buenos Aires, CLASCO, dez. 1985, mostra a "salsa" do Caribe como prática popular democrática emergente.

reivindicações dos cidadãos,²⁰ entre outros, baseados na criação e no ressurgimento das redes de relações sociais organizadas ao redor de novas demandas e lideranças emergentes – comportamentos estes que, no dizer de Nun, escapam ao lugar passivo destinado ao povo, como no coro das tragédias gregas.²¹

Mas como se poderá ver mais adiante, esse divórcio ou distinção entre tais enigmas e o sistema político de certo modo reafirma a necessidade de redemocratização da sociedade, e de reconstituição e regeneração dos atores históricos.

Por outro lado, esses processos abrem um território de conflitos que já não se limita ao próprio âmbito restrito e institucionalizado da política partidária ou estatal; é, talvez, o clamor por um novo tipo de relações sociais, que não apenas questiona o controle e a propriedade dos meios de produção, mas também, e muito especialmente, a existência cotidiana de nossas sociedades. Tema esse que abre o debate sobre as relações entre movimentos sociais, o Estado e os partidos políticos (ou menor, e a política), ou seja, entre legitimidade e representação social.

²⁰ Por exemplo, na cidade de La Paz, Bolívia, muitos operários, artesãos e comerciantes urbanos começam a assumir também sua origem étnica Aymara. Ver, de F. Calderón, *Urbanización y Etnicidad*, Cochabamba, CERES, 1984; ver também, de Iani, O., "Raça e Povo", São Paulo, 1984, mimeo. Calcula-se que apenas no Brasil existem aproximadamente cem mil comunidades eclesiais de base. Segundo Frei Betto, as CEBs são grupos compostos por pessoas das classes subalternas, reunidas ao redor de motivos religiosos, os quais representam, nesta camada social crente e oprimida, uma visão de mundo na qual se manifesta uma maneira de ver a vida, o homem e a História. ("Las Comunidades Eclesiales de Base", in *Amérique Latine*, 18, Paris, CETRAL, abr.-jun. 1984). Com respeito ao surgimento da anomia e do rito sacrificial na ação coletiva, ver de E. Valenzuela, "Los jóvenes y la crisis de modernización", Santiago, Chile, ILET, 1985, mimeo. Com relação ao terrorismo, ver Degregó, C., *Sendero Luminoso: Los Hondos y Mortales Desencuentros*, Lima, Peru, DESCO, 1985, mimeo.

²¹ Nun, José, "La Rebelión de Coro", revista *Primo de Vista*, 20, maio 1971, pp. 6 a 11.

Os movimentos sociais frente à crise

As tendências que encontramos nos diversos campos de conflito permitem-nos realizar uma primeira elaboração hipotética, explicativa das características e do trajeto dos movimentos sociais em formação, principalmente no que se refere à dinâmica da crise.

Em primeiro lugar, a crise e os conflitos que estudamos podem ser lidos numa chave teórica. Pareceria que a crise encontrou, nos países desenvolvidos, tendências de resolução, no sentido do ressurgimento de um novo sistema de poder e acumulação mundial.

Assim, para Petras,²² os Estados Unidos seriam hoje uma potência que ressurgiu com mais força, através de uma nova concentração de poder. Por outro lado, Castells sublinha o desenvolvimento em escala mundial da gestão e da concentração crescente do capital, estando as decisões das multinacionais cada vez mais centralizadas nesse país. Segundo ele, não se trata apenas de que "o capital não se dirige a cada Estado em particular", mas que, "pot realizar-se o equilíbrio do sistema a nível mundial, é necessário, ademais dos Estados particulares, um Estado imperial, que hoje não pode ser outro que o Estado norte-americano (...)"²³

Os processos de reestruturação da economia implicariam mudanças nas relações entre o capital e o trabalho, com o fortalecimento exponencial do primeiro, graças às interações entre o capital financeiro e a revolução tecnológica, em que o capital constante e a acumulação resultante de sua produtividade teriam amplos e novos horizontes – que condicionariam, por seu turno, um Estado altamente

²² Petras, J., *Critical perspectives on imperialism and social class in the Third World*, Monthly Review Press, Nova Iorque e Londres, 1985. II. Brochier, numa visão maniqueísta, afirma ser a crise uma estratégia para a manutenção do poder, in *El Concepto de Crisis* (citado).

²³ Castells, M., *La Crisis Económica Mundial* (citado). Ver também, de Castells, a entrevista in *David y Goliath*, 48, Buenos Aires, CLACSO, 1985.

triam hoje movimentos sociais, mas apenas suas expressões embrionárias.

Alinhamente, o que se pode observar nos movimentos sociais é que constituem — unilateralizando e simplificando os grandes significantes de ação coletiva — um universo múltiplo, heterogêneo e disperso de práticas reais com características diferenciadas.

Nesse conjunto de práticas coletivas é possível que coexistam, quase irreduzivelmente, um particularismo operário, centrado nas condições de trabalho; um espaço de resistência urbana, defensivo das condições de vida; um conjunto de práticas camponesas, fragmentadas em necessidades e orientações diversas; e uma série de movimentos culturais, étnicos, étnicos, etc., de ordem mais fundamentalista do que questionadora das relações de poder.

Pode haver, inclusive, situações de múltiplo ou pluriparticipação nessas práticas, mas, ainda nesse caso, é possível que se reproduzam tendências a condutas irreduzíveis; esse conjunto de atributos geraria uma qualidade monádica, generalizável ao conjunto de ação coletiva latino-americana. Isso significa que, aparentemente, a atribuição de uma ou mais identidades a um ou mais movimentos sociais não significa que exista a capacidade para combater e complementar essas lutas, com vistas a criar um ator histórico capaz de disputar a hegemonia.

Outra característica central dessas práticas coletivas emergentes consistiria numa atomização intensa e assintétrica, que varia conforme as características, os espaços e os tempos de cada país concreto. Vistas em perspectiva de conjunto, assemelham-se a uma galáxia em formação, incandescente e embrionária, cujas partículas ainda permanecem espasmódicas e distantes entre si, incapazes de fundir-se e gravitar numa única órbita comum.

Nesse contexto de desencontro entre uma lógica, que é a do poder, abstrata e difícil de compreender ainda que sólida; e a outra lógica, atomizada e pontual, das múltiplas lutas sociais, até o momento só o que é estatal ou parastatal está em condições de reconhecer essa nova lógica

consumidor de tecnologia e recursos militares. Ademais, essa dinâmica suporta uma nova escala de internacionalização da economia.

Tal processo daria origem a uma nova divisão internacional do trabalho, em que os países mais industrializados, com forte presença de empresas de produção completa, ou integradas em cadeia, tenderiam a monopolizar a produção e o mercado mundial, enquanto os países subdesenvolvidos, e especialmente aqueles menos industrializados, teriam muito reduzida a sua participação na produção e no comércio internacionais.²⁴

Isso significa que estaria surgindo um sistema ou poder multidimensional, hiperabstrato e de difícil compreensão, cuja administração seria altamente concentrada por setores cada vez menores dos países desenvolvidos e por minorias consistentes, emergentes nos países atrasados. O controle do poder se caracterizaria pela organização de redes múltiplas de conexão tecnológica e financeira, em que o aspecto central de uma empresa ou economia já não seria apenas a produção em sentido estrito, mas a capacidade produtiva. Nesse estranho espectro, a revolução tecnológica, e mais particularmente a da informática, cumpriria um papel central.

Por outro lado, os movimentos sociais viveriam atualmente um momento de inflexão, entre as antigas e as novas práticas coletivas. As orientações secularizadas da ação coletiva latino-americana, em termos de modernização, industrialização ou libertação nacional e social, tenderiam a perder vigência — a menos que nas próprias práticas dos movimentos sociais e outros agentes da ação social se produzam mecanismos de renovação e autoatraspasso coletivo. Mas, no momento, uma leitura preliminar indicaria que não há atores históricos claramente definidos, capazes de se opor ao poder emergente, em sentido estrito, não exis-

²⁴ Ver, os artigos de Berthelet, Yves e Calicrón, Fernando, *David y Goliath*, 48, Buenos Aires, CLACSO, 1985.

sistêmica. O Estado se vê pressionado a enfrentar essas racionalidades opostas; por um lado, deve opor-se e negociar com a nova lógica capitalista; e, ao mesmo tempo, reprimir e reconciliar uma multiplicidade de ações coletivas, o que provavelmente condicionará uma maior concentração do poder estatal.

No entanto, é importante recordar que, na América Latina, o Estado também participa das relações sociais; e que sua própria constituição e desenvolvimento estão ligados indissolivelmente às relações sociais que o envolvem — não apenas como ator em processos produtivos e reprodutivos, mas como regulador de processos político-culturais mais amplos.

Por isso, precisamente, a interação entre o Estado e a sociedade será, provavelmente, uma das temáticas centrais da reconstituição do campo do conflito histórico em nossas sociedades, tanto como do sistema mundial de dominação.

Mas, todas essas reflexões implicariam um processo infinito de fragmentação da ação coletiva, ou seja, um processo de destruição definitiva dos atores históricos? Ou será que nas práticas que analisamos é possível encontrar elementos novos, de gestação de atores históricos?

Um primeiro fenômeno que devemos salientar é que pareceria inexistir um sentido unidirecional ou um epicentro, que regulem o comportamento absoluto das nossas sociedades. Nesse sentido, não encontramos um princípio único que explique o funcionamento e a transformação dos movimentos sociais. Antes, encontramos comportamentos diversificados, que reagem, se adaptam e propõem, de modo distinto, opções sociais variadas. E, embora isso não exclua a existência de tendências recorrentes, enfatiza que os movimentos sociais não têm nem uma só causa, nem um só destino.

Por outro lado, também é possível o limite, para muitos movimentos sociais, de um processo de desestruturação e desintegração social crescentes, em que os atores não cheguem a se constituir plenamente, e o dinamismo da vio-

lência é do caos se imponham à sociedade; em suma, uma alternativa que passa pela ausência de princípios de integração e articulação consensual. Outra alternativa-limite seria que esses movimentos sociais se tornassem portadores de uma nova ordem social, de um novo modelo de desenvolvimento, que tivessem efeitos específicos de produção de formas sociais e de valores, que por seu turno se tornassem criadoras de novas utopias.

Nesse sentido, podemos reconhecer essas práticas particulares como ensaios de mecanismos de autogoverno, baseados em práticas autogestionárias ou cogestionárias, acompanhadas de valores inspirados na reciprocidade e solidariedade comunitárias, bem como na busca de utopias democráticas — de certo modo também caracterizadas pelo questionamento ao sistema de representação e participação política.

Na grande maioria dos movimentos sociais que estudamos, existe uma rejeição explícita ou implícita às formas vigentes de partido, e da participação social nas instituições estatais — o que cremos que aponta, num certo sentido, a demandas de transformação da cultura política, em que o dominante não seria a ação externa ou de ruptura, mas um lento transformismo das relações sociais, de tipo cultural e de corte diacrônico.

Por sua vez, é possível que essas identidades particularistas busquem em um novo imaginário coletivo¹⁵ a concretização de novas identidades socialmente compartilhadas, que as comuniquem novamente com o sistema do poder emergente. Nesse sentido, o clamor que hoje escutamos em cada esquina já traz o odor do universo futuro.

¹⁵ Para uma elaboração maior desta problemática, ver, de F. Calderón e Mário dos Santos, "Movimientos Sociales y Gestión de Cultura Política", apresentação feita no seminário sobre cultura política e democratização, pelo grupo de trabalho, sobre teoria do Estado e da política, Buenos Aires, CLACSO, 1985, mimeo.